

§ 2º-A. Nas contratações cujo valor global seja inferior a 1/4 (um quarto) do limite previsto no inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, fica dispensada a apresentação das certidões de regularidade fiscal federal e municipal.

§ 2º-B. Não possuindo o futuro contratado o Cadastro Específico do INSS (CEI), a certidão de que trata a alínea "e" do inciso III do caput deste artigo será substituída pela declaração prevista no Anexo IV desta Resolução.

§ 5º O contrato de que trata o inciso VII do caput deste artigo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, quando o valor da contratação não for superior ao estabelecido no inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021."

Art. 2º O Anexo II da Resolução nº 236, de 2022 passa a vigorar com a redação do Anexo I desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 06 de março de 2024.

RICARDO NASSER SEFER

Presidente

ANA CLÁUDIA SANTANA DOS SANTOS ABDULMASSIH

Corregedora

MARCUS VINICIUS NERY LOBATO

Conselheiro

JUNE JUDITE SOARES LOBATO

Conselheira

CRISTINA MAGRIN MADALENA

Conselheira

ROBINA DIAS PIMENTEL VIANA

Conselheira

GABRIELLA DINELLY RABELO MARECO

Conselheira

GUSTAVO TAVARES MONTEIRO

Conselheiro

ENORÉ CORREA MONTEIRO

Conselheiro

GABRIEL PEREZ RODRIGUES

Conselheiro

**ANEXO I**

**(ANEXO II**

**MODELO DE CONTRATO)**

**CONTRATO NºXXXX/AAAA-PGE**

**PAE nº aaaa/nxxx**

RESUMO	
Contratante Estado do Pará   Nome do órgão CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx (do órgão). Contratado Nome da pessoa física CPF nº xxx.xxx.xxx-xx.	
Objeto	
contratação da atividade de instrutor, nos termos da Resolução nº 236/2022 do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado	
Execução	
Forma	Presencial, remoto ou híbrido
Data	[data em que o curso será ministrado].
Local	[Inserir o local em que o bem deve ser entregue].
Valor total	
R\$ xx.xxx,xx.	
Pagamento	
Forma	Ordem bancária.
Prazo	Até o 10º dia útil do mês subsequente, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura
Fiscalização	
O fiscal do contrato é o servidor nome do servidor, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nxxx, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).	
Vigência	
Prazo	X meses.
Início	dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).
Fim	dd/mm/aaaa (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

**Cláusula 1**

Partes

Este contrato tem como partes:

Contratante	Estado do Pará, por intermédio de Procuradoria-Geral do Estado, CNPJ nº 34.921.759/0001-29, com sede na Rua dos Tamoios, nº. 1671, Batista Campos, CEP: 66.025-540, nesta cidade, neste ato representado pelo [nome do titular do órgão e cargo].
Contratado	Nome da pessoa física, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

**Cláusula 2**

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo da contratação direta por inexigibilidade de licitação constante do PAE nº aaaa/nxxx e tem como fundamento legal o art. 74, III, "f" da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 15-B da Lei Complementar Estadual nº 041/2002.

**Cláusula 3**

Objeto

3.1 O objeto da contratação é a contratação da atividade de instrutor, nos termos da Resolução nº 236/2022 do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, conforme descrito no Termo de Referência e projeto pedagógico, os quais aderem a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao ato que tiver autorizado a contratação direta.

**Cláusula 4**

Das condições de execução

A presente contratação terá a carga horária de [indicar a carga horária] com programação de curso a ser realizado [indicar o local e data do evento] em projeto de capacitação de servidores públicos do [indicar o público]

**Cláusula 5**

Do valor e condições de pagamento

O valor global do contrato é R\$ xx.xxx,xx sendo pago até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura pelo contratado, em conta corrente a ser por ele indicada.

**Cláusula 6**

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento da Procuradoria-Geral do Estado do Pará [ou indicar a dotação do órgão, se for por destaque orçamentário], para o exercício de [inserir ano da contratação], na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	xxxxxxxx.	
Fonte	xxxxxxxx.	
Programa de Trabalho	xxxxxxxx.	
Elemento de Despesa	xxxxxxxx.	
Plano Interno	xxxxxxxx.	

**Cláusula 7**

Reajuste

O valor da hora-aula será fixado por resolução do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, sendo o valor do contrato fixo e irrevogável

**Cláusula 8**

Garantia de cumprimento contratual

Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

**Cláusula 9**

Obrigações das partes

9.1 O contratado tem a obrigação de:

- a. estabelecer os fundamentos teóricos da disciplina ou palestra ministrada;
- a. identificar os objetivos dos conteúdos ministrados;
- b. cumprir e/ou complementar o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica aprovada pela Escola Superior da Advocacia Pública do Estado do Pará (ESAP), conforme o caso;
- c. elaborar e sistematizar os trabalhos interdisciplinares, sempre que possível;
- d. elaborar os respectivos planos de aula, quando for o caso;
- e. preparar o material didático a ser ofertado;
- f. atentar às orientações expedidas pela Escola Superior da Advocacia Pública do Estado do Pará (ESAP), visando à padronização e ao aperfeiçoamento do ensino;
- g. confeccionar relatório de prestação de contas, sempre que solicitado; e
- h. manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas na contratação direta.

9.2 O contratante tem a obrigação de:

- a. prestar apoio necessário ao contratado na execução dos serviços ora contratados;
- a. manter um representante especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento;
- b. fornecer tempestivamente e com precisão, todas as informações e dados solicitados pelo contratado, necessários à consecução dos objetivos dos trabalhos;
- c. comunicar ao contratado, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade, verificada na execução do Contrato;
- d. efetuar o pagamento devido ao contratado em conformidade com o disposto neste Instrumento.
- e. realizar a retenção e o recolhimento dos tributos e impostos devidos por lei